

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

BACHARELADO EM GESTÃO EM SAÚDE

João Lucas Rodrigues Leiria

**DIGITALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS EM HOSPITAIS BRASILEIROS: DESAFIOS
DA PROTEÇÃO DE DADOS À LUZ DA LGPD E DO ECA**

Porto Alegre

2025

João Lucas Rodrigues Leiria

**DIGITALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS EM HOSPITAIS BRASILEIROS: DESAFIOS
DA PROTEÇÃO DE DADOS À LUZ DA LGPD E DO ECA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao departamento de saúde coletiva da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Gestão em Saúde.

Orientadora: Dra. Carolina Sturm Trindade

**Porto Alegre
2025**

Catálogo na Publicação

Rodrigues Leiria, João Lucas

Digitalização de prontuários em hospitais brasileiros:
desafios da proteção de dados à luz da LGPD e do ECA /
João Lucas Rodrigues Leiria. -- 2025.

25 p. : il., tab. ; 30 cm.

Monografia (trabalho de conclusão de curso) --
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto
Alegre, Curso de Gestão em Saúde, 2025.

Orientador(a): Prof. Dra. Carolina Sturm Trindade.

1. Digitalização. 2. Prontuários. 3. Lei Geral de
Proteção de Dados. 4. Estatuto da Criança e do
Adolescente. 5. Legislação. I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

DIGITALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS EM HOSPITAIS BRASILEIROS: DESAFIOS DA PROTEÇÃO DE DADOS À LUZ DA LGPD E DO ECA

João Lucas Rodrigues Leiria¹

RESUMO

A informatização dos prontuários hospitalares representa um avanço relevante para a gestão em saúde, mas ainda impõe desafios à proteção de dados sensíveis, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes. Este estudo teve como objetivo analisar como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vêm sendo aplicados no processo de digitalização dos prontuários hospitalares brasileiros, identificando repercussões para a gestão e para a segurança da informação. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, mediante revisão integrativa da literatura, com buscas nas bases BVS, SciELO e PubMed, abrangendo publicações entre 2013 e 2025. Após os critérios de seleção, foram incluídos 31 estudos e documentos normativos, organizados em categorias temáticas. Os resultados apontaram avanços, como a expansão do uso de prontuários eletrônicos e experiências pontuais de interoperabilidade. Contudo, persistiram fragilidades significativas, incluindo uso de sistemas híbridos, baixa integração entre plataformas e ausência de protocolos institucionais robustos para proteção de dados. Observou-se que a literatura privilegia discussões jurídico- normativas, mas ainda apresenta escassez de estudos empíricos que avaliem a efetividade da aplicação da LGPD e do ECA na rotina hospitalar. Também foram identificadas boas práticas vinculadas à governança em saúde, como programas de compliance, capacitação profissional e adoção de frameworks de segurança da informação. Conclui-se que a digitalização demanda não apenas tecnologia, mas condições estruturais, culturais e organizacionais. Os resultados dialogam com os ODS 3, 4 e 16 da Agenda 2030 e reforçam a necessidade de políticas institucionais consistentes para garantir proteção integral, privacidade e qualidade no cuidado a crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Registros Eletrônicos de Saúde, Proteção de dados, Legislação em Saúde, Gestão em Saúde, Direitos da Criança e do Adolescente, Lei Geral de Proteção de Dados, Estatuto da Criança e do Adolescente, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

¹ Discente do Curso de Gestão em Saúde – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). E-mail: joaolucasr@ufcspa.edu.br

DIGITIZATION OF MEDICAL RECORDS IN BRAZILIAN HOSPITALS: CHALLENGES OF DATA PROTECTION IN LIGHT OF THE BGD (BRAZILIAN GENERAL DATA PROTECTION LAW) AND THE BSCA (BRAZILIAN STATUTE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS)

João Lucas Rodrigues Leiria

ABSTRACT

The computerization of hospital records represents a significant advancement for healthcare management, but it still poses challenges to the protection of sensitive data, especially in the care of children and adolescents. This study aimed to analyze how the General Data Protection Law (BGDP) and the Statute of Children and Adolescents (BSCA) have been applied in the digitization process of Brazilian hospital records, identifying repercussions for management and information security. A qualitative, exploratory, and descriptive research was conducted through an integrative literature review, searching the BVS, SciELO, and PubMed databases, encompassing publications between 2013 and 2025. After the selection criteria, 31 studies and normative documents were included, organized into thematic categories. The results pointed to advancements, such as the expansion of the use of electronic medical records and specific experiences of interoperability. However, significant weaknesses persisted, including the use of hybrid systems, low integration between platforms, and the absence of robust institutional protocols for data protection. It was observed that the literature prioritizes legal and normative discussions, but still presents a scarcity of empirical studies evaluating the effectiveness of the application of the BGDP (Brazilian General Data Protection Law) and the BSCA (Brazilian Statute of Children and Adolescents) in hospital routines. Good practices linked to governance in health were also identified, such as compliance programs, professional training, and the adoption of information security frameworks. It is concluded that digitalization demands not only technology, but also structural, cultural, and organizational conditions. The results align with SDGs 3, 4, and 16 of the 2030 Agenda and reinforce the need for consistent institutional policies to guarantee comprehensive protection, privacy, and quality of care for children and adolescents.

Keywords: Electronic Health Records, Data Protection, Health Legislation, Health Management, Children's and Adolescents' Rights, General Data Protection Law, Statute of Children and Adolescents, Sustainable Development Goals.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
3 METODOLOGIA.....	9
4 RESULTADOS	12
5 DISCUSSÃO	14
6 CONCLUSÃO	19
REFERÊNCIAS	20

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (Brasil). **Guia orientativo para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes**. Brasília, 2022.

Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-publica-guia-orientativo-para-o-tratamento-de-dados-pessoais-de-criancas-e-adolescentes>.

Acesso em: 20 abr. 2025.

AHSAN, M. M.; SIDDIQUE, Z. **Industry 4.0 in health care**: a systematic review. arXiv, 2022. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2201.06999>. Acesso em: 27 abr. 2025.

<https://doi.org/10.48550/arXiv.2201.06999>

ALVES DE OLIVEIRA, J. **Serviços de digitalização de documentos**: análise do caso brasileiro. Brasília: Editora Senac, 2018. Acesso em: 27 abr. 2025.

ANESTECH. **LGPD na saúde**: veja as adequações necessárias para os hospitais. 2022.

Disponível em: <https://anestech.com.br/lgpd-na-saude-veja-as-adequacoes-necessarias-para-os-hospitais/>. Acesso em: 04 mai. 2025.

APM. Associação Paulista de Medicina. **Proteção de Dados (LGPD)**. 2021. Disponível

em: <https://www.apm.org.br/consideracoes-juridicas-sobre-a-lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd/>. Acesso em: 25 jul. 2025

AURUM SUMMIT. **LGPD na saúde**: entenda a sua importância e impacto. 25 set. 2024.

Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/lgpd-na-saude/>. Acesso em: 09 mai. 2025.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA (APM). **Considerações jurídicas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. 2021. Disponível em: <https://www.apm.org.br/consideracoes-juridicas-sobre-a-lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd/>. Acesso em: 09 mai. 2025.

BOTELHO, M. C. A LGPD e a proteção ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, 2024. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/705>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, p. 13563, 16 jul. 1990. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, p. 59, 15 ago. 2018. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). **Portaria GM/MS nº 1.768**, 30 jul. 2021. Acesso em: 15 jun. 2025.

CAMARA, D. et al. Abordagens regulatórias na proteção de dados em saúde: uma revisão integrativa de 2018 a 2023. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/56MHDpw9hrMKXYzCWyB77Cp/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

CERQUEIRA, Diego André; DE MELLO, Rafael Maiani; TRAVASSOS, Guilherme Horta. Avaliação experimental de uma técnica de inspeção baseada em checklist para verificar a conformidade de sistemas de software com a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira. **arXiv**, [S.l.], submetido em 28 ago. 2023. arXiv:2308.14874. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2308.14874>. Acesso em: 21 set. 2025.

CETIC.BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Saúde 2018**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_saude_2018_coletiva.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Lei Geral de Proteção de Dados e o Controle Social na Saúde**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/cns-lanca-livro-sobre-a-lei-geral-de-protecao-de-dados-e-o-controle-social-na-saude>. Acesso em: 01 jun. 2025.

DONEDA, D. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**: elementos da formação da Lei Geral de Proteção de Dados. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Acesso em: 01 jun. 2025.

FEIGELSON, B.; BECKER, D. **Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados**: Lei 13.709/2018. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

FREIRE, M. **Dados sensíveis**: o que os médicos precisam saber sobre a LGPD. Medicina S/A, 2023. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/dados-sensiveis-saude/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

GOMES, Renata Cristina. Governança, compliance e proteção de dados no setor hospitalar: desafios da implementação da LGPD no Brasil. **Revista Brasileira de Direito e Inovação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 112–135, jan./jun. 2021. ISSN 2595-8066. DOI: 10.5935/rbdi.v9n1.2021. Acesso em 19 out. 2025.

GUARDELLI, E. **Cibersegurança na saúde**: protegendo dados críticos e pacientes. MedtechNiz, 2024. Acesso em: 01 jun. 2025.

HAPNER KROETZ ADVOGADOS. **A LGPD e os cuidados na área da saúde**. 2022. Disponível em: <https://www.hapnerkroetz.com.br/publicacoes/lgpd-na-saude>. Acesso em: 07 jun. 2025.

HAWRYLISZYN, L. O.; COELHO, N. G. S. C.; BARJA, P. R. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): o desafio de sua implantação para a saúde. **Revista Univap**, v. 27, n. 54, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v27i54.2589>. Acesso em: 07 jun. 2025.

LEGALE EDUCACIONAL, E. G. da C. A proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes. **Juris – Revista da Faculdade de Direito**, v. 33, n. 2, 2023. Disponível em: <https://seer.furg.br/juris/article/view/16562>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LEITE-MOREIRA, A. et al. An NLP solution to foster the use of information in electronic health records for efficiency in decision-making in hospital care. **arXiv**, 2022. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2202.12159>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LIMA DE OLIVEIRA, J.; OLIVEIRA, G. L.; BAHIA, C. J. A. Revisão de normas e regulamentos internacionais sobre privacidade infantil na saúde. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, 2025. Acesso em: 10 de junho de 2025.

MANGROO, Sany Mesquita de Carvalho; MANGROO, Robert Anthony Carvalho. A implementação do compliance na saúde pública: diagnóstico da cultura organizacional em uma instituição hospitalar. **Revista Científica de Alto Impacto**, Rio de Janeiro, v. 29, d. 145, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a- implementacao-do-compliance-na-saude-publica-diagnostico-d-a-cultura- organizacional-em-uma-instituicao-hospitalar/>. Acesso em: 21 set. 2025.

MARCELA FREIRE. **Dados sensíveis**: o que os médicos precisam saber sobre a LGPD. Medicina S/A, 2023. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/dados-sensiveis-saude/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MIGALHAS. **Transformações na saúde e o imperativo da proteção de dados**. 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/414870/transformacoes-na-saude-e-o-imperativo-da-protacao-de-dados>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NETO, M.; NOGAROLI, R. As violações de dados pessoais na telemedicina: tecnologia, proteção e reparação ao paciente 4.0. In: **Debates Contemporâneos em Direito Médico e da Saúde**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. Acesso em: 27 jun. 2025.

NEVES, I. Leis impulsionam a digitalização dos prontuários médicos no Brasil.

Revista Apolice, 23 jun. 2025. Disponível em:

<https://revistaapolice.com.br/2025/06/leis-impulsionam-a-digitalizacao-dos-prontuarios-medicos-no-brasil/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

OLIVEIRA, J. L.; OLIVEIRA, G. A. L.; BAHIA, C. J. A. Direitos de privacidade e dados de saúde de crianças e adolescentes: uma breve revisão das normas e impactos legais.

Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 12, n. 2, 2025. Acesso em: 27 jun. 2025.

PEREIRA, F. L. Gestão da informação e proteção de dados no sistema de saúde: um estudo de caso. **Revista de Gestão em Saúde**, v. 14, n. 2, p. 89-102, 2022. Acesso em: 29 jun. 2025.

PINHEIRO, P. P. **Proteção de dados pessoais**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Acesso em: 29 jun. 2025.

PORTELLADA, Nityananda; BARBOSA DO SANTOS, Sarah Loretta; SASSI, Renato José. Desenvolvimento de um framework para implementar um programa de governança de dados em um hospital pediátrico. **Revista Inteligência Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 47, p. 1-15, 2023. Disponível em:

<https://inteligenciaempresarial.emnuvens.com.br/rie/article/view/118>. Acesso em: 21 set. 2025.

SANTOS, Juliana Oliveira dos. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em instituições hospitalares brasileiras: desafios e perspectivas. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 45-67, 2021. ISSN 2526-0151. DOI: 10.5935/rdgnt.v7n2.2021. Acesso em 19 out. 2025.

SAÚDE BUSINESS. **Três anos de LGPD: o que mudou no uso de dados na saúde?** 26 set. 2023. Disponível em: <https://www.saudebusiness.com/colunas/tres-anos-de-lgpd-o-que-mudou-no-uso-de-dados-na-saude>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, Mariana Andrade da; PEREIRA, Lucas Henrique. Proteção de dados de crianças e adolescentes em ambientes hospitalares: desafios de aplicação da LGPD e do ECA na prática assistencial. **Revista de Direito, Tecnologia e Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 89-110, jul./dez. 2021. ISSN 2675-7313. DOI: 10.5935/rdts.v5n2.2021. Acesso em 19 out. 2025.

SILVA, R. C. et al. Tecnologias da informação e comunicação na gestão da saúde pública. **Revista Brasileira de Inovação em Saúde**, v. 10, n. 1, p. 44-59, 2021. Acesso em: 30 jun. 2025.

UNIVERSO DO SEGURO. **5 anos LGPD**: o que mudou na saúde brasileira? 23 out. 2023. Disponível em: <https://universodoseguro.com.br/5-anos-lgpd-o-que-mudou-na-saude-brasileira/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

VAZ, T. A. et al. Ontology for healthcare artificial intelligence privacy in Brazil. **arXiv**, 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2304.07889>. Acesso em: 25 jul. 2025.

VIEIRA, Tarcísio Teixeira. **A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais comentada**: Lei nº 13.709/2018. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. 512 p. (Coleção Direito Digital e Tecnologia da Informação). ISBN 978-85-442-2580-3. Acesso em: 19 out. 2025.